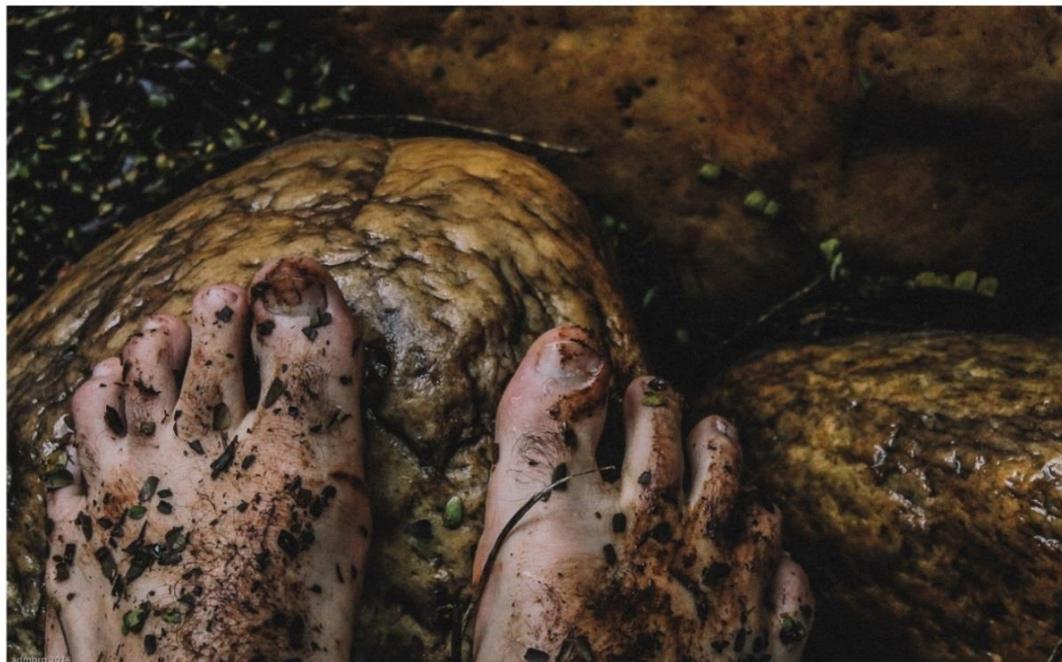


Pelo Sertão, o Brasil

Organizadores

Marcos Paulo T. Pereira
Marcelo Lachat



© Copyright 2016, Marcos Paulo Torres Pereira e Marcelo Lachat

Reitora: Prof.^a Dr.^a Eliane Superti

Vice-Reitora: Prof.^a Dr.^a Adelma das Neves Nunes Barros Mendes

Pró-Reitora de Administração: Esp. Wilma Gomes Silva Monteiro

Pró-Reitor de Planejamento: Prof. Msc. Allan Jasper Rocha Mendes

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas: Emanuelle Silva Barbosa

Pró-Reitora de Ensino de Graduação: Prof.^a Leila do Socorro Rodrigues Feio

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof.^a Dr.^a Helena Cristina G. Q. Simões

Pró-Reitor de Extensão e Ações Comunitárias: Prof. Dr. Rafael Pontes Lima

Pró-Reitor de Cooperação e Relações Interinstitucionais: Prof. Dr. Paulo Gustavo Pellegrino Correa

Diretor da Editora da Universidade Federal do Amapá

Tiago Luedy Silva

Editor-chefe da Editora da Universidade Federal do Amapá

Fernando Castro Amoras

Conselho Editorial

Agripino Alves Luz Junior	Julio Cezar Costa Furtado
Ana Paula Cinta	Leticia Picanco Carneiro
Antonio Carlos Sardinha	Lylian Caroline M. Rodrigues
Camila Soares Lippi	Marcio Aldo Lobato Bahia
Daniel Santiago Chaves	Mauricio Remigio Viana
Eloane de Jesus R. Cantuária	Raphaelle Souza Borges
Fernanda Michalski	Robert Ronald Maguina Zamora
Giovani Jose da Silva	Romualdo Rodrigues Palhano
Jadson Luis Rebelo Porto	Rosinaldo Silva de Sousa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

869.4 Pelo Sertão, o Brasil / Marcos Paulo Torres Pereira e Marcelo
P63s Lachat, organizadores. – Macapá : UNIFAP, 2016.
338p. : il. ; 16x23 cm.

Vários autores

ISBN: 978-85-62359-38-5

1. Literatura. 2. Literatura brasileira 3. Estudos sociológicos 4.
Nordeste. I. Pereira, Marcos Paulo Torres, org. II. Lachat, Marcelo,
org III. Título.

CDD 869

Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá

Projeto Gráfico: Alyssom Thiago

Foto de Capa e do fim da obra: Adam Braga

Editoração e imagens dos capítulos: Marcos Paulo T. Pereira

Todos os textos publicados neste livro foram reproduzidos de cópias fornecidas pelos autores. O conteúdo dos mesmos é de exclusiva responsabilidade de seus autores.



O próximo e o distante: assassínio de um outro Brasil em *Os Sertões*

Marcos Paulo Torres Pereira¹

Quem mordeu a terra, conserva seu gosto entre os dentes.

(Paul Claudel)

As adjetivações “próximo” e “distante”, que no título deste estudo foram substantivadas, emanam uma essência de interdependência entre um termo que exerça a função nuclear do sintagma nominal e um referencial que lhes sirva de marcação no espaço e no tempo. No discurso, exercem a função de indicadores de afirmação ou negação de alteridade, à proporção que instigam uma relação com um *outro*, com um ente que se torna matéria de uma operação mental de



Pelo sertão, o Brasil

subjetivação, pois, mesmo que haja caracteres objetivos que quantifiquem distâncias, a interpretação desses se dará tão somente por filtros que qualificam o quantitativo espaço-temporal que lhes é ulterior. A informação quantifica os valores, mas é a experiência que julga se o observador e o observado estão/são próximos ou distantes, vinculando identificações.

A natureza de subjetivação, que julga se aquilo que foi observado é ou não mais acessível, se é mais conhecido ou remoto, ou seja, “próximo” ou “distante”, é condicionada por envolvimento, pois a percepção da existência do outro requer que a operação mental que se instaure o aceite ou o negue como um semelhante, como um pertencente, como um que seja passível de identificação. Caso haja envolvimento, o que foi observado torna-se próximo e se permite o estabelecimento de projeções que deflagram comunhão de pontos de vista, de percepções de mundo, num princípio de subjetividade porque o lugar da experiência é o sujeito, entretanto um sujeito que não é mais somente o observador, que não depende somente deste, pois as projeções de si se esvaem pela manifestação do outro, assim como as manifestações do outro também se esvaem até que ambos se tornem uno.

Se não houver identificação dá-se a negação ao outro, porquanto a acepção deste como distante, como o diferente, como aquele com o qual a comunhão não é possível, instituindo-se afastamento e negação de alteridade. O outro, como próximo, não é permitido, uma vez que esse se torna um estranho, um pária àqueles que se reconhecem como semelhantes, como iguais. O observado acaba por estabelecer-se ao observador não como um outro que lhe seja acessível, com o qual possa se envolver, mas um outro que lhe é opositor, forjando-se entre esses uma existência de



Pelo sertão, o Brasil

polaridade, por se negarem mutuamente à possibilidade de união.

A abertura para o outro passa por uma necessidade de, primeiro, o compreender. Seguindo as palavras de Husserl (2001), o outro só pode ser pensado a partir de um marcador que o diferencie, ou seja, a partir da própria reflexão que o sujeito faz acerca daquele. Nesses termos, *sine qua non*, funda-se uma diferença ontológica de reconciliação irremediável, pois o outro nunca aparecerá ao sujeito numa condição que lhe seja real, e sim em projeção filtrada pela percepção que o sujeito lhe atribui. Irreconciliável, que se o outro, o distante, pudesse ser aceito, não mais outro seria.

É a falta de envolvimento e essa negação do outro que orbitaram a destrutividade dirigida ao povoado de Belo Monte (como era denominada por Antonio Conselheiro a região de Canudos), dizimado pela guerra e pelo fogo no ano de 1897, cujo massacre daqueles que eram distantes à recém proclamada e moderna República é tema da obra *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, publicada em 1902.

Canudos, situada no interior da Bahia, era na virada do século XIX para o XX o epíteto da distância, tanto espacial quanto temporal, pois se o Rio de Janeiro era capital embalada pelos ventos do oceano e pelos da modernidade, Belo Monte era a outra polaridade, e o que lá se sentia não era o vento do litoral, e sim o da tradição, o do mormaço do “sopro ardente, que tanto pode ser o arquejo de gerações e gerações de Cangaceiros, de rudes Beatos e Profetas, assassinados durante anos e anos entre essas pedras selvagens, como pode ser a respiração dessa Fera estranha, a Terra (...)” (SUASSUNA, 1976, p. 03).

A campanha de Canudos foi o choque entre estranhos, resultado de uma diferença ontológica que evidenciava os distantes Brasis que não se conheciam e que habitavam



Pelo sertão, o Brasil

espaços e tempos distintos, o embate entre a “raça forte e a fraca”², “um refluxo para o passado”³, o avanço das tropas da República ao corpo que era estranho à realidade nacional que se formava.

Não há como abarcar em uma mesma realidade aquilo que é conhecido e o que é estranho. A carga belicista que sobrepunha Canudos, além de balas de rifle e canhão, trazia o discurso etnocêntrico do litoral que via no sertanejo o mesmo exotismo com o qual o europeu do século XIX e do início do século XX justificava a existência de zoológicos humanos: estruturas que expunham africanos, indígenas, esquimós etc. (na baliza deste artigo, os “distantes”) em espaços que simulavam seus “ambientes naturais” ou simplesmente em celas.

A justificativa dessas estruturas era que não serviam apenas como “circo” para que o visitante branco conhecesse a sociedade da qual eram oriundos esses diferentes, mas como objetos de estudo de etnias a fim de se comprovar teses científicas deterministas então vigentes, tais como as que afirmavam que a maldade era natural aos afrodescendentes por conta da estrutura de seu crânio, ou as que afirmavam que o negro africano seria o elo entre o homem branco ocidental e o macaco⁴.

Se o sertanejo era o distante para o brasileiro do litoral no tempo e no espaço, o do litoral para o brasileiro do sertão ocupava a mesma condição. Seguindo o postulado de Bartelt (2009), percebemos que as mudanças de sistema político podem ter sido de imediato noticiado à capital baiana, dado o sistema de cabos telegráficos submarinos que interligavam as grandes cidades litorâneas do país no final do século XIX, sinais de modernidade, porém a comunicação para o interior não contava com tais aparatos, dependendo exclusivamente de meios tradicionais, como as feiras livres.



Pelo sertão, o Brasil

O sistema político sob o qual viviam não se tornara, até então, para a maioria dos sertanejos, motivo de discussão. Ter um imperador era algo além das questões “sistêmicas”. Como soberano do país, o imperador era enviado por deus, e todas as demais questões políticas eram da alçada dos coronéis. Uma população mantida praticamente sem instrução escolar, vivendo num sistema de poder de origem privada que apenas sugeria a presença do Estado, devia desconhecer os conceitos de “Estado” e de “forma de governo”, assim como devia carecer de uma ideia concreta e comparativa do tamanho e da forma de “seu” país – do Brasil. Certamente sabiam que eram brasileiros, entretanto, é questionável se se sentiam, no sentido de Anderson⁵, como parte de uma comunidade imaginada chamada nação brasileira (Bartelt, 2009, p 47-48).

Olhar apenas para o pressionar do dedo no gatilho é embaçar a vista à carga que municiaava o disparo. Aludir como gatilho do confronto o episódio da não entrega, por parte de um comerciante da região, de madeiras para a construção de uma igreja nova no povoado de Belo Monte é ponto pacífico em muitos estudos sobre Canudos⁶, mas a carga que municiaava rifles e canhões deu-se por negação de alteridade, pelo desconhecimento do outro, porque aqueles que foram vitimados eram os estranhos, os distantes, os não-humanos, inferiores, sub-raça... Deu-se por um estado de exceção não declarado oficialmente pela República que, entretanto, se praticava pelas ações do positivismo militar cuja ação instituiu e consolidou as fronteiras nacionais e que, na projeção de uma dita defesa da soberania, justificou assassinato em massa. Theodoro (1997, p.127-129) afirma:

Em 1897, a montagem do Estado Nacional exigia um



Pelo sertão, o Brasil

compromisso com o mundo “moderno”. E um dos pilares de sustentação da mudança desejada correspondia à negação de um Brasil rural marcado por tradições coronelísticas, sublevações populares, fanatismos religiosos que impediam a vitória de uma racionalidade urbana gerenciada por cidadãos livres, independentes e, portanto, capazes de montar um regime liberal. (...)

O que os republicanos queriam enterrar? Um Brasil pobre, um Brasil arcaico, um Brasil messiânico, um Brasil monárquico?

Mataram 25 mil jagunços e não enterraram esse Brasil.

Para Giorgio Agamben, estado de exceção é uma resposta do poder estatal aos conflitos internos mais extremos, que se perfaz na negação de um estado de direito por um caráter político deflagrado ante uma condição de necessidade. Sua instauração “permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político” (AGAMBEN, 2004, p.12).

Suas relações com o direito e a justiça, mediante condicionantes situacionais e políticos, politiza o próprio fenômeno da vida à proporção que proteção e exposição à morte se vêem pendidos numa balança, na qual em um prato temos momentos políticos que primam pelo direito, porquanto tempos de proteção; noutro, períodos de crise política onde a esfera do direito passa a ser negada em virtude de uma proteção não mais da vida do indivíduo, e sim de um Estado, de uma ideia de nação em que a coletividade é maior que o indivíduo, tornando o estado de exceção na “forma legal daquilo que não pode ter forma legal” (AGAMBEN, 2004, p.12), uma situação jurídica paradoxal ao extremo em que a violência se torna direito e o direito se torna violência, através da abolição de garantias e



Pelo sertão, o Brasil

direitos individuais e coletivos.

Em nome da República eclipsou-se quaisquer direitos que o Brasil de Canudos pudesse ter no sistema político que se instaurava, através de um estado de exceção que permitiu a eliminação física de toda uma categoria de brasileiros (reduzidos a uma representação primitiva de jagunços, de criminosos, loucos, fanáticos, monarquistas) que, por ser o distante, de nenhuma forma poderia ser integrável ao Brasil cidadão, ao Brasil do litoral.

“Em nome da República”, nesses termos, poderia facilmente ser substituído por “em nome de Deus”, “em nome do Profeta”, “em nome do Estado” ou por quaisquer outros termos que pudessem ser fundantes de uma entidade maior que justificasse uma ideia de grupo, de pertencimento, de identidade, que a um só tempo apagasse a ideia de indivíduo e que se opusesse a todos aqueles que não pudessem ser abarcados por essa representação. Ao Brasil republicano permitiu-se o uso de quaisquer atrocidades para a destruição do distante, do diferente, sob a égide de que tais ações se dão para a proteção da maioria, do bem comum, da paz (que só poderia ser encontrada na entidade).

“O estado de exceção não é um direito especial (como o direito da guerra), mas, enquanto suspensão da própria ordem jurídica, define seu patamar ou seu conceito-limite” (AGAMBEN, 2004, p.15). A carga significativa do termo “exceção”, nas palavras de Agamben, refere-se a uma suspensão de regra, de lei, porém neste estudo nos permitimos extrapolar essa significação, invocando também o sentido que o termo possui ligado à imagem de *exceuar*, de *excluir* o diferente com o qual o grupo não se identifica, dada sua essência, seu modo de pensar ou de proceder, ou ainda por sua condição ou representação. Essa expansão de sentido se dá pela ciência de que o estado de exceção expõe o cidadão



Pelo sertão, o Brasil

à morte violenta e legalmente justificada e de que em Canudos isso foi uma prática.

Não se pode precisar o número de prisioneiros de Canudos, principalmente os do sexo masculino. Podemos estimar que, no total de mil a três mil detentos, várias centenas eram homens e que, desses homens, poucos sobreviveram. Já durante a guerra, o general Oscar teria ordenado “não aprisionar homens que são de uma mudez revoltante e cínica”.

O estudante de Medicina e voluntário de guerra Alvim Martins Horcades foi o primeiro a colocar publicamente e sem rodeios a seguinte pergunta: “e onde ficaram todos aqueles presos que não chegaram aqui [em salvador]?”. Sua resposta: “e com sinceridade o digo: em Canudos foram degolados quase todos os prisioneiros” (BARTELT, 2009, 274-275).

O assassinio por degola infligido a muitos seguidores de Conselheiro se deu pela necessidade que a República acreditava ter em se defender do levante monárquico de Belo Monte, entretanto também se deu porque aqueles que seguravam as lâminas não conheciam os sertanejos, mesmo que muitos deles também sertanejos fossem. Sob a esfinge do pertencimento, os sertanejos a serviço da República não se viam mais próximos aos homens de Canudos, mas do outro (mesmo que esse outro não aceitasse essa identificação), pois que o poder representado pela bala do rifle e do canhão da República gerava distópico reflexo nos sertanejos que estavam a seu serviço, uma cissiparidade no que, em tese, deveria ser uno. O capítulo “*Viva o Bom Jesus!*” sintetiza o horror do embate:

Numa das refregas subsequentes ao assalto, ficara



Pelo sertão, o Brasil

prisioneiro um curiboca ainda moço que a todas as perguntas respondia automaticamente, com indiferença altiva:

“Sei não!”

Perguntaram-lhe por fim como queria morrer.

“De tiro!”

“Pois há de ser a faca!” contraveio, terrivelmente, o soldado.

Assim foi. E quando o ferro embotado lhe rangia nas cartilagens da glote, a primeira onda de sangue borbulhou, escumando, à passagem do último grito gargarejando na boca ensanguentada:

“Viva o Bom Jesus!...” (CUNHA, 2009, p. 395)

O assassinio desse mestiço não fora fato isolado, o capítulo “A degola” atesta isso:

Chegando à primeira canhada encoberta, realizava-se uma cena vulgar. Os soldados impunham invariavelmente à vítima um viva à República, que era poucas vezes satisfeito. Era o prólogo invariável de uma cena cruel. Agarravam-na pelos cabelos, dobrando-lhe a cabeça, esgargalando-lhe o pescoço; e, francamente exposta a garganta, degolavam-na. Não raro a sofreguidão do assassino repulsava esses preparativos lúgubres. O processo era, então, mais expedito: varavam-na, prestes, a facão.

Um golpe único, entrando pelo baixo ventre. Um destripamento rápido...

Tínhamos valentes que ansiavam por essas cobardias repugnantes, tácita e explicitamente sancionadas pelos chefes militares. Apesar de três séculos de atraso, os sertanejos não lhes levavam a palma no estadear idênticas barbaridades (CUNHA, 2009, p. 450)

Pelo estado de exceção que caracterizou a campanha de



Pelo sertão, o Brasil

Canudos, a suspensão de princípios e leis positivistas (que deram corpo a ideia de República no Brasil) tornou-se perda da condição humana daqueles que eram diferentes por uma acepção ideológica que não lhes abarcava, tornando o natural, a vida, em fato político.

Ao que aqui nos referimos como “estado de exceção”, Hardman (1997) denomina de “barbárie civilizada”, ressaltando o caráter de violência do Estado contra aquele povo, os despossuídos, que poderia ser percebida em várias dimensões, sejam aquelas de cunho político (o distanciamento e o abandono do poder estatal a estes), sejam de cunho geográfico (pelas adversidades climáticas que sobre esses recaiam e - eterno retorno - ainda recaem), ou as de cunho beligerante (pelo poderio da indústria militar). Não obstante, o crítico aponta ainda uma última dimensão:

(...) de outra parte, a civilização do litoral urbanizado, europeizado, branco e “modernizador” constitui esse outro pólo do grande choque de culturas, esse processo cumulativo de enganos, preconceitos, medo e desejo de eliminação do inteiramente diverso: “Incompreensível e bárbaro inimigo!” (HARDMAN, 1997, p. 59)

Destarte, nos escritos de Euclides sobre a barbárie perpetrada pelo exército, marcações de racismo são percebíveis pela formação da qual é produto, identificáveis à proporção que matizam a impregnação de moldes de pensamento do último quartel do século XIX em suas letras, além de se encontrar também “a crença na missão civilizadora da ciência e da técnica, sob os auspícios do Estado novo” (HARDMAN, 2009, p.114).

Roberto Ventura (1993, p. 43) aponta que os escritos de Euclides atacaram “a racionalidade urbana e suas pretensões



Pelo sertão, o Brasil

civilizatórias, ainda que tenha encarado Canudos, de forma negativa, como comunidade primitiva, ‘urbs monstruosa’, onde haveria o ‘amor livre’ e o coletivismo dos bens”, ressaltando o filtro do homem cidadão na análise dos escritos do Conselheiro e das quadras de poesia popular.

No capítulo “Por que não pregar contra a República?”, torna-se patente a visão de Euclides acerca da população de Canudos, à proporção que enfatiza as largas fronteiras entre aqueles que aqui denominamos de “próximo” e “distante”, pois para ele o sertanejo de nenhuma forma poderia fazer parte do modelo de vida moderno e cidadão que a república representava, por sua total inaptidão para compreender o que seria república ou monarquia, por estar “na fase evolutiva” na qual só poderia reconhecer um “chefe sacerdotal ou guerreiro”, por ser um povo de caráter anacrônico ao “movimento civilizador” que lhe surgia:

Pregava contra a República; é certo.

O antagonismo era inevitável. Era um derivativo à exacerbação mística; uma variante forçada ao delírio religioso.

Mas não traduzia o mais pálido intuito político: o jagunço é tão inapto para apreender a forma republicana como a monárquico-constitucional.

Ambas lhe são abstrações inacessíveis. É espontaneamente adversário de ambas. Está na fase evolutiva em que só é conceptível o império de um chefe sacerdotal ou guerreiro.

Insistamos sobre esta verdade: a guerra de Canudos foi um refluxo em nossa história. Tivemos, inopinadamente, ressurrecta e em armas em nossa frente, uma sociedade velha, uma sociedade morta, galvanizada por um doudo. Não a conhecemos. Não podíamos conhecê-la. Os aventureiros do século XVII, porém, nela topariam relações antigas, da mesma sorte que os iluminados da



Pelo sertão, o Brasil

Idade Média se sentiriam à vontade, neste século, entre os *demonopatas* de Verzegnis ou entre os *Stundistas* da Rússia. Porque essas psicoses epidêmicas despontam em todos os tempos e em todos os lugares como anacronismos palmares, contrastes inevitáveis na evolução desigual dos povos, patentes sobretudo quando um largo movimento civilizador lhes impele vigorosamente as camadas superiores (CUNHA, 2009, p. 161-162)

Em outro enxerto da obra, quando Euclides busca ressaltar a importância da caatinga às táticas de guerrilha empregadas pelos canudenses, novamente deixa transparecer a projeção que faz do sertanejo, ao compará-lo a “guerrilheiro-tugue”. O termo “tugue” é uma construção pejorativa, significando guerreiro sanguinário, fanático religioso, pelo sentido advindo da língua inglesa (que filtrou o termo durante sua ação na Índia, porquanto a ação de um próximo sob um distante), cunhando o sentido de que seriam bandidos e assassinos daquela região que adoravam de forma fanática à deusa Kali. Outros próximos e outros distantes... Segue o trecho:

Ao passo que as caatingas são um aliado incorruptível do sertanejo em revolta. Entram também de certo modo na luta. Armam-se para o combate; agridem. Trançam-se, impenetráveis, ante o forasteiro, mas abrem-se em trilhas multívias, para o matuto que ali nasceu e cresceu. E o jagunço faz-se o guerrilheiro-tugue, intangível... As caatingas não o escondem apenas, amparam-no (CUNHA, 2009, p. 193).

Esse “fanatismo religioso” aludido pelo autor é explicado em “Fatores históricos da religião mestiça”, servindo-lhe como mais um elemento de dístico entre o sertanejo e o



Pelo sertão, o Brasil

homem do litoral:

Não seria difícil caracterizá-las como uma mestiçagem de crenças. Ali estão, francos, o antropismo do selvagem, o animismo do africano e, o que é mais, o próprio aspecto emocional da raça superior, na época do descobrimento e da colonização.

Este último é um caso notável de atavismo, na História.

Considerando as agitações religiosas do sertão e os evangelizadores e messias singulares, que, intermitentemente, o atravessam, ascetas mortificados de flagícios, encaçados sempre pelos sequazes numerosos, que fanatizam, que arrastam, que dominam, que endoudecem (...).

Uma grande herança de abusões extravagantes, extinta da orla marítima pelo influxo modificador de outras crenças e de outras raças, no sertão ficou intacta (CUNHA, 2009, p. 114).

Euclides fora testemunha da barbárie e, na rememoração dos fatos à tessitura da obra, as palavras surgiram como um instrumento de ação que puderam legar à história o relato de morte do distante, do Brasil desconhecido e exótico, inacessível. Roberto Ventura (1993, p. 41) ressalta a crítica de José Veríssimo a *Os Sertões*, que, “apesar dos elogios, fazia reparos ao abuso dos termos técnicos, das palavras antigas e inventadas. Considerava também o seu tom muito artificial e rebuscado”, ao que Euclides, além de agradecer pelos escritos de Ventura, defendeu e explicou “a aliança entre ciência e arte e a necessidade de uma ‘tecnografia própria’”.

A expressão empregada por Euclides justifica-se pelo caráter do espírito de modernidade que pairava no Rio de Janeiro no final do século XIX e pela necessidade que o homem cidadão tinha, durante a campanha de Canudos, de



Pelo sertão, o Brasil

conhecer aqueles que eram distantes, dos quais se sabia a existência sem se ter sequer a ciência de quem eram.

Barlet (209, p.245) escreve que com a guerra de Canudos uma realidade nacional desconhecida se apresentava, por isso a necessidade de informações que pudessem alicerçar a opinião pública nacional:

(...) especialistas foram procurados e encontrados no final de 1896. Eles descreveram geograficamente o sertão e corrigiram erros nas descrições anteriores (e cometeram novos erros). Apresentaram diferenças geográficas e de categorização. Discutiram o curso dos rios, apresentando os respectivos comprimentos e larguras, esboçaram a flora, a economia e a geografia do sertão em nível regional e nacional. À medida que inscreviam o sertão nas mais recentes teorias antropológicas, organizavam uma cartografia baseada na “raça”.

“O próprio Euclides da Cunha é uma espécie de caixa de ressonância de outras vozes a que só aparentemente se identifica”, vaticinou Arnoni Prado (PRADO, 1993, p. 26), dado o caráter cientificista que embasou as análises acerca da terra e do homem como fundamento para a luta. Assim, os anos que separam a queda de Canudos da publicação de *Os Sertões* demarcam não somente o resgate da memória norteado por apontamentos, registros, relatos e reportagens enviadas por ele, mas também referências teóricas da geografia, da geologia e da etnografia que se apresentaram ao uso do homem das ciências; como também se apresentaram ao homem das letras as concepções da poética e do romance; e, ao homem das ideias, a filosofia positivista, o determinismo de Taine, o monismo materialista, o evolucionismo e os sentimentos republicanos... Elementos que serviram como filtros à projeção que esse homem do



Pelo sertão, o Brasil

litoral fizera daqueles que lhe eram distantes, que lhe eram o outro.

O homem das ciências e das ideias municiou-se por informes e teorias que lhe prefiguravam o objeto do sertão, que lhe serviria como um porto seguro da qual não necessitaria partida. Entretanto, pela ação do homem das letras, o porto não era mais suficiente, pois se instaurou em seu olhar o embate entre o que havia lido e o que se passava em Canudos, transformando as convicções de Euclides da Cunha, tornando-o capaz de reconhecer a barbárie do próximo àqueles que lhe eram distantes e de se ver impelido a denunciá-la: “Aquela campanha lembra um refluxo para o passado. E foi, na significação integral da palavra, um crime. Denunciemo-lo” (CUNHA, 2015, p.1).

Referências bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.

BARTELT, Dawid Danilo. **Sertão, República e Nação**. Trad. de Johannes Krestschmer; Raquel Abi-Sâmara. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

CUNHA, Euclides da. **Obra completa**. Vol. II. Paulo Roberto Pereira (org.). 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2009.

HARDMAN, F. Foot. “Tróia de taipa: de como Canudos queima aqui”. In.: ABDALA JÚNIOR, Benjamin e ALEXANDRE, Isabel M. M.. **Canudos: palavra de Deus sonho da terra**. São Paulo: Editora do SENAC / Boitempo editorial, 1997.

_____. **A vingança da Hileia: Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna**. São Paulo: UNESP, 2009.



Pelo sertão, o Brasil

HUSSERL, Edmund. **Meditações Cartesianas**. São Paulo: Madras, 2001

PRADO, Antonio Arnoni. Ficção e verdade n'Os Sertões. In.: **Remate de Males**. Campinas: Departamento de Teoria Literária - IEL/UNICAMP, 1993, p. 25-29.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

SUASSUNA, Ariano. **Romance d'A Pedra do Reino e o príncipe do sangue do vai-e-volta**. 4ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1976.

THEODORO, Janice. “Canudos 100 anos depois: da vida comunitária ao surgimento dos movimentos fundamentalistas”. In.: ABDALA JÚNIOR, Benjamin e ALEXANDRE, Isabel M. M.. **Canudos: palavra de Deus sonho da terra**. São Paulo: Editora do SENAC / Boitempo editorial, 1997.

VENTURA, Roberto. Euclides da Cunha. **Remate de males**. Campinas, v. 13, p. 41-46, 1993.

¹ Professor da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP.

² Na nota preliminar de Os sertões, Euclides da Cunha assim se refere aos lados do conflito: “A civilização avançará nos sertões impelida por essa implacável ‘força motriz da história’ (...), no esmagamento inevitável das raças fracas pelas raças fortes” (CUNHA, 2009, p.5).

³ CUNHA, 2009, p.6.

⁴ “(...) uma interpretação biológica na análise dos comportamentos humanos, que passam a ser crescentemente encarados como resultado imediato de leis biológicas e naturais. (...) Ainda seguindo esse mesmo modelo determinista, ganha impulso uma



Pelo sertão, o Brasil

nova hipótese que se detinha na observação ‘da natureza biológica do comportamento criminoso’” (SCHWARCZ, 1993, p.48-49).

⁵ O autor faz referência a Benedict Anderson, que debate temas da nação e do nacionalismo. Ver ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução de Denise Guimarães Bottman. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2008.

⁶ Em resposta ao atraso, Conselheiro avisara que caso não fosse enviada a encomenda iria buscá-la, o que gerou medo e comoção, pois a multidão de famélicos seguidores do anacoreta sombrio⁶ já era algo a ser temido.

